

vai funcionar no ano lectivo de 2006-2007, irá decorrer de 11 a 25 de Setembro de 2006 novo prazo de candidatura para as cinco vagas sobranes;

2) As condições de candidatura relativas ao mestrado acima referido são as que constam do Despacho n.º 10 243/2006, já publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 9 de Maio de 2006.

30 de Agosto de 2006. — A Vice-Reitora, *Cristina Maria da Silva Robalo Cordeiro*. 3000215941

Despacho

Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Pedagogia Universitária

Ano lectivo 2006-2007

Sob proposta da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, determina-se que:

1) Em virtude de não ter ficado preenchido o *numerus clausus* aprovado para o curso conducente ao mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Pedagogia Universitária, que vai funcionar no ano lectivo de 2006-2007, irá decorrer novo prazo de candidaturas de 11 a 25 de Setembro de 2006;

2) As condições de candidatura relativas ao mestrado acima referido são as que constam do Despacho n.º 10 235/2006, já publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 9 de Maio de 2006.

30 de Agosto de 2006. — A Vice-Reitora, *Cristina Maria da Silva Robalo Cordeiro*. 3000215943

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Despacho (extracto)

Por despachos do presidente do conselho directivo:

De 21 de Julho de 2006:

Licenciado Jorge Humberto Gomes Noro — renovado o contrato de trabalho a termo certo, pelo período de seis meses, para o desempenho de funções correspondentes a técnico superior de 2.ª classe, no Departamento de Engenharia Mecânica, a partir de 14 de Agosto de 2006.

Licenciada Mónica da Rocha Zuzarte — renovado o contrato de trabalho a termo certo, pelo período de seis meses, para o desempenho de funções equivalentes à categoria de técnica superior estagiária, no Departamento de Botânica, a partir de 1 de Agosto de 2006.

De 4 de Agosto de 2006:

Licenciada Viviana Maria Roçadas Ribeiro — renovado o contrato de trabalho a termo certo, pelo período de seis meses, para o desempenho de funções equivalentes à categoria de técnica profissional de 2.ª classe, nos Serviços Centrais, a partir de 1 de Agosto de 2006.

O contrato finalizará em 31 de Janeiro de 2007.

Mónica Alexandra Dias Leite Maleiro — renovado o contrato de trabalho a termo certo, pelo período de seis meses, para o desempenho de funções equivalentes à categoria de técnica profissional de 2.ª classe, nos Serviços Centrais, a partir de 1 de Agosto de 2006.

O contrato finalizará em 31 de Janeiro de 2007.

(Não carece de fiscalização prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Agosto de 2006. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Teresa Manuela Antunes*. 3000214686

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Aviso

Cessaçãõ de contrato a termo

Por despacho do vice-reitor de 18 de Maio de 2006, proferido no uso de competência delegada, foi autorizada a cessação do contrato de trabalho a termo, com efeitos a 24 de Julho de 2006, celebrado

entre esta Reitoria e a licenciada Inês Alexandra Gomes da Cruz, em 7 de Fevereiro de 2005 para o exercício de funções equiparadas a técnica superior de 2.ª classe.

25 de Agosto de 2006. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*. 3000215920

Reitoria e Serviços Centrais

Aviso

Cessaçãõ de contrato a termo

Por despacho do vice-reitor da Universidade de Lisboa de 28 de Junho de 2006, proferido no uso da competência delegada, foi autorizada a cessação do contrato de trabalho a termo, com efeitos a 27 de Julho de 2006, celebrado entre esta Reitoria e a licenciada Patrícia Alexandra Valério de Melo, em 11 de Novembro de 2005, para exercer as funções equiparadas a técnica superior estagiária.

28 de Agosto de 2006. — A Administradora, *Maria Luísa Machado Cerdeira*. 3000215923

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Aviso

Concurso externo de ingresso

Para efeitos do disposto nos artigos 6.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 12 de Setembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar no quadro de pessoal da categoria de técnico superior de 2.º classe, da carreira de técnico superior consultor jurídico, e nos seguintes termos:

1 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho; Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho; Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro; Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro; Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro (alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho) adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril (alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março).

2 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, podem ser opositores ao concurso pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, possuidores dos requisitos gerais e especiais para admissão a concurso, os quais, em caso de igualdade, têm preferência, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — Prazo de validade — o presente concurso é válido apenas para o provimento da referida vaga e caduca com o preenchimento da mesma.

4 — Local de trabalho — área do município de Alfândega da Fé.

5 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a correspondente ao escalão I, índice 321, da categoria de técnico superior estagiário, nos termos do anexo II a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e as condições de trabalho e demais regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Conteúdo funcional — o descrito no Despacho n.º 10 688/99, *Diário da República*, 2.ª série, de 31 de Maio de 1999.

7 — Requisitos de admissão a concurso — os candidatos deverão reunir, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os seguintes requisitos:

7.1 — Requisitos especiais — licenciatura em Direito.

7.2 — Requisitos gerais — os exigidos e constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, que são os seguintes:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;